



## **Estudos do IPEA apontam impacto positivo do estatuto do desarmamento na distribuição e na demanda por armas de fogo no país**

Carolina Ricardo, Instituto Sou da Paz, Agosto de 2013

No primeiro semestre de 2013 o IPEA publicou dois estudos sobre armas de fogo no país. Um deles, intitulado *Mapa das Armas de Fogo nas Microrregiões Brasileiras*, mapeou a distribuição das armas de fogo nas diferentes microrregiões do país e discutiu o papel das armas em estimular a ocorrência de crimes violentos, com foco nos homicídios. O outro estudo, com o título de *Impactos do Estatuto do Desarmamento sobre a Demanda Pessoal por Armas de Fogo*, avaliou o impacto do Estatuto do Desarmamento sobre a compra de armas de fogo por pessoas físicas.

Diante do quadro de que há poucos estudos sobre armas e violência no país, a contribuição dada por eles à discussão sobre controle das armas de fogo foi bastante significativa, dando credibilidade científica a um debate que acaba sendo pautado por discursos pouco racionais e baseados no medo. Além disso, ambos os estudos apresentam consistência metodológica sendo assinados por um órgão com profunda credibilidade científica como é o IPEA.

As principais conclusões dos dois estudos apontam para o fato de que o Estatuto do Desarmamento e sua implementação tiveram um importante impacto na redução da circulação de armas de fogo no país.

O primeiro estudo analisou os dados de homicídios e suicídios para estimar a difusão de armas de fogo. Um primeiro apontamento feito pela pesquisa demonstra que o fato de a arma ser legal ou ilegal não impacta no potencial de gerar crimes que uma arma possui. A maior presença de armas numa determinada localidade aumenta a chance de que sejam roubadas ou extraviadas, abastecendo o mercado ilegal e contribuindo para a maior ocorrência de crimes. Outro importante ponto levantado foi a curva ascendente no número de armas em circulação no país a partir de 1983, que apenas começou a ser revertida após 2003, ano da aprovação do Estatuto do Desarmamento.

O estudo aponta também que o Estatuto do Desarmamento não é implementado de forma homogênea entre todos os estados brasileiros, o que faz com que o seu impacto na redução ou não dos homicídios varie de acordo com a intensidade e qualidade de sua implementação. Verificou-se que os estados em que redução na circulação de armas foi maior, foram também os estados em que os homicídios mais caíram. Nesse sentido, demonstra que na década de 2000 a 2010 houve diminuição na difusão das armas de fogo nas regiões localizadas no sul e sudeste do país, enquanto houve aumento nas localidades situadas na região nordeste. Das 20 localidades com mais armas de fogo no Brasil, em 2010,

13 se localizavam na região nordeste<sup>1</sup>. Foram também as localidades com as taxas mais altas de homicídios no país. O que comprova que onde há mais armas circulando, há mais mortes violentas.

Para finalizar, o estudo aponta que a circulação de armas de fogo tem sim efeitos sobre a taxa de homicídios. E, sendo assim, tendo Estatuto do desarmamento impactado a circulação de armas no país, é possível afirmar que ele contribuiu para a diminuição dos homicídios nos locais que foi implantado com maior ênfase. Sendo o Estatuto uma lei federal que depende de diferentes agentes, tais como a polícia federal, o exército, os polícias civis e militares, o judiciário, entre outros, sua implementação varia de estado para estado, conforme a sinergia e o comprometimento desses atores em fazer a lei sair do papel.

O segundo estudo utilizou a base de dados da pesquisa de orçamentos familiares (POF) do IBGE, na qual há uma pergunta específica se as famílias compraram ou não arma de fogo no período anterior a pesquisa e qual a despesa realizada com esta operação. O interessante é que uma primeira versão da pesquisa foi realizada imediatamente antes da promulgação do Estatuto do Desarmamento em 2003 tendo sido novamente realizada em 2009, permitindo analisar a mudança de comportamento das famílias em relação às armas antes e depois do Estatuto<sup>2</sup>.

Um primeiro ponto importante identificado na pesquisa é que nos 12 meses antes da pesquisa em 2003, foram 56,9 mil pessoas que compraram armas de fogo e no mesmo período 6 anos depois, esse número caiu para 37 mil, evidenciando uma efetiva diminuição na demanda individual por armas no país (cerca de 40%)<sup>3</sup>. A análise estatística realizada pelo IPEA sobre a base de dados da POF permite afirmar que a aprovação do Estatuto do Desarmamento provocou redução estatisticamente significativa na decisão de adquirir uma arma pelas pessoas.

Além dessa importante conclusão, o estudo traçou um perfil das pessoas que mais compraram armas no país. O grupo que apresenta maior demanda por armas é composto por homens, que compram 8 vezes mais armas do que as mulheres, ainda que a demanda deste grupo tenha caído 45% pós Estatuto. É

---

<sup>1</sup> Das 20 localidades com mais armas de fogo no Brasil em 2010, 4 estavam no Estado de Alagoas, 3 na Paraíba e 3 no Rio de Janeiro. Das 20 localidades com menos armas de fogo no Brasil em 2010, 10 estavam em Minas Gerais e 2 em São Paulo. Alagoas teve um crescimento nas taxas de homicídios de quase 250% entre 2000 e 2010, segundo o Mapa da Violência 2013.

<sup>2</sup> O número de famílias que afirmavam ter adquirido armas é diferente do dado da Polícia Federal (DPF) sobre entrada de armas em circulação, porque na pergunta do IBGE não se levantou se as armas compradas eram legais ou ilegais, fazendo com que a estimativa do IBGE seja sempre maior que as armas legais registradas pelo DPF.

<sup>3</sup> O Número de domicílios entrevistados pela POF foi de cerca de 48 mil em cada pesquisa. A ideia é da amostra da POF é que seja representativa para o Brasil. Como toda pesquisa domiciliar amostral, há um fator de expansão da amostra para refletir o universo. Assim, 56,9 mil diz respeito a uma inferência estatística sobre o universo (Brasil), feita com base numa amostra de 48 mil domicílios, ou seja, seria o número de armas compradas por todos os brasileiros.

também entre os jovens, entre 20 e 29 anos, que essa demanda é maior, embora também tenha diminuído 51% pós Estatuto.

A compra de armas se concentra também entre os menos escolarizados, foram os analfabetos funcionais quem mais compraram armas, superando em mais de 100% a compra de armas pelos mais escolarizados no levantamento de 2009. O que comprova que quanto maior o grau de instrução, menor a demanda por armas.

Outro dado relevante, é que são os empregadores e os trabalhadores por conta própria os segmentos que mais compram arma, em comparação aos empregados privados e públicos. Esse fato pode ser explicado pela maior percepção de necessidade de proteção do patrimônio. Ainda que também tenha havido queda na compra de armas entre 2003 e 2009 nestes dois segmentos, é importante realizar um trabalho focado para diminuir a demanda por armas nesses grupos.

Em relação à distribuição espacial da compra de armas no país, verifica-se que é no campo onde essa compra se concentra, o que sugere a necessidade de direcionar esforços de desarmamento nessas regiões.

Por fim, o estudo apresenta uma análise sobre o local da compra de armas e 55% declararam haver comprado a arma de terceiros ou particular. É um dado assustador, já que nestes casos há um risco maior de que esta transação aconteça sem o atendimento dos critérios formais exigidos pela lei e portanto, fora do controle estatal. As lojas de armas podem sofrer fiscalizações periódicas do Exército, devem manter registros de seus estoques e venda, e só podem vender armas após o adquirente comprovar ter atendido todos os requisitos exigidos pela lei.<sup>4</sup>

A análise sobre os dois estudos elaborados permitem, portanto, extrair conclusões que apontam para uma mesma direção: O Estatuto do desarmamento teve um importante impacto na retirada de armas de circulação e na diminuição na compra individual de armas no país. É possível concluir também que a redução das armas em circulação impacta positivamente na redução dos homicídios. Ainda que isso não se dê de maneira uniforme em todo país, verifica-se que nos locais em que o Estatuto foi aplicado de maneira mais sólida, os homicídios diminuíram.

Sendo assim, urge que o Estatuto do desarmamento seja tirado do papel integralmente em todo o Brasil. Será preciso também direcionar esforços de desarmamento e redução de demanda capazes de atingir os homens jovens, as áreas rurais e não apenas as urbanas e o grupo composto por empregadores e trabalhadores por conta própria, já que compõem o perfil que mais compra armas de fogo no país.

---

<sup>4</sup> O Decreto 5.123/2004 em seu artigo 13 regulamenta que a transferência de armas entre particulares depende de prévia autorização da Polícia Federal ou Exército, dependendo do tipo da arma.